

Observações Críticas Sobre “o racismo e o Iluminismo”

Marcus Gomes

O texto de Ian Buruma (2023)¹ busca lançar luz sobre a relação entre racismo e iluminismo, tendo em vista algumas críticas a este último. O texto traz elementos históricos e argumentos que visam questionar a vinculação entre a filosofia iluminista e o racismo. O nosso objetivo aqui é comentar e criticar tal texto, mesmo reconhecendo que ele tenha alguns momentos de verdade e sua tese geral não seja equivocada, mas que seus fundamentos são o grande problema, revelando-se axiológico (reproduz valores dominantes, burgueses) e ideológico (reproduz fragmentos de ideologias).

O primeiro ponto é que o Buruma entende por iluminismo não fica claro, já que ele mesmo aponta duas concepções (entre diversas outras que poderiam ser citadas) e não opta por nenhuma². Esse pequeno problema dificulta uma análise do que ele quer realmente defender. Ele cita autores conservadores ou comprometidos com governos para citar e definir os críticos do iluminismo como sendo da “direita”. Logo após, afirma que atualmente o iluminismo também sofre de críticas da esquerda e cita alguns desses críticos. O texto nesse sentido, já possui um problema de partida, que é se fiar em duas abstratizações, “direita” e “esquerda”, tão amplas, imprecisas, intercambiáveis, que é o mesmo que não dizer nada sobre quem realmente critica o iluminismo. Trocar por conservadores e progressistas também não resolve, pois, embora eles esses termos sejam mais concretos e os autores citados sejam reconhecidos, respectivamente, como direita e esquerda, também são termos muito amplos. Os conservadores abarcam desde os nazistas, passando pelos fascistas, conservantistas, liberais, nacionalistas, democrata-cristãos, até

¹ Citamos aqui a tradução publicada na Revista Marxismo e Autogestão. O texto original é de 1921, publicado em fevereiro deste ano, em *Persuasion* (<https://www.persuasion.community/p/ian-buruma-racism-and-enlightenment>). É um autor considerado progressista e que foi “cancelado” pelos progressistas mais recentemente (sobre isso, cf. <https://veja.abril.com.br/coluna/mundialista/a-esquerda-devora-a-si-mesma-e-engole-mais-um-ian-buruma>).

² Para quem quiser ler uma obra curta sobre o iluminismo, cheia de problemas interpretativos, mas que traz um conjunto de informações sobre ele, pode ler o livro de Falcon (1986). Para uma análise mais extensa e de conjunto, há o livro de Cassirer (1992) e especialmente o de Viana (2019), que faz uma abordagem totalizante (histórica e social, bem como sobre o seu conteúdo, numa perspectiva crítica).

chegar aos republicanistas e outros. Entre eles existem muitas divergências e críticas recíprocas. Entre os progressistas, a história não é muito diferente, afinal, vai desde os mais moderados social-democratas e semelhantes, passando pelo eurocomunismo, até chegar ao bolchevismo e suas múltiplas subdivisões. Isso sem falar na fronteira tênue entre os mais moderados dessas duas posições e que todos os conservadores e progressistas, no fundo, possuem uma base epistêmica e política comum.

Um outro problema se esconde por detrás deste. Se o iluminismo era criticado pelos “direitistas” (na verdade, ele cita um conservantista e um membro do governo dos EUA) e é criticado por “esquerdistas” (dois intelectuais progressistas norte-americanos), então resta saber de que lado está o iluminismo. Aqui seria necessário sair das abstratificações de direita e esquerda³ e entender as relações entre conservadorismo e progressismo. Não poderemos desenvolver essa discussão aqui, mas é preciso apenas deixar claro que Buruma tem razão ao trazer tal discussão, pois, afinal, o iluminismo expressa o progressismo burguês em sua primeira manifestação no período da burguesia revolucionária buscando destruir os resquícios do mundo feudal e por isso, assumindo uma posição intelectual mais ousada e crítica. Isso significa dizer que é um nível mais elevado do pensamento burguês em vários aspectos, mas que continua sendo burguês e que não ultrapassa os limites que lhes são próprios. Contudo, após as revoluções burguesas, a burguesia trouxe o romantismo (e depois o positivismo) (Viana, 2019), e até a Igreja e a Religião passaram a ser aceitáveis novamente. Por isso é interessante observar que Buruma vê com estranheza a crítica da “esquerda”, ou seja, dos progressistas contra a “mãe do progressismo”, a filosofia iluminista.

Indo para os seus argumentos, as críticas ao iluminismo, vinculando-o ao racismo, bem como ao que o autor denomina (e, obviamente, não é criação dele e sim daqueles que ele questiona) “supremacia branca” (e “branquitude”), são refutadas pelo autor através da ideia de “conhecimento” e “universalidade”. Ele diz que esses autores progressistas defendem repensar e, caso necessário, abolir, a tradição iluminista. Ele aceita o “repensar”, inclusive pelo fetichismo gerado em torno do iluminismo (e do seu credo político, o liberalismo) e os vínculos estabelecidos com diversas práticas (como o imperialismo europeu, etc.). Porém, o “abolir” é descartado pelo autor.

³ Cf. crítica em: Viana (2016).

Buruma questiona se é esclarecedor focar no problema da raça. O liberalismo é apresentado como disfarce do colonialismo e racismo e muitos citam Voltaire e sua visão sobre os africanos. Ele argumenta que isso mostra um entendimento equivocado do iluminismo, cujo elemento fundamental seria a curiosidade intelectual, a “vontade de saber”. Ele aponta as traduções, o fato de Voltaire ser um leitor de poeta persa (entre outros), os elogios à China, etc.

O problema do iluminismo, ou melhor, de como ele foi usado, teria sido sua “pretensão de ser universal”. “Isso fazia parte do ideal cosmopolita, segundo o qual a razão humana não estava confinada a uma determinada cultura ou raça”. Afinal, “as duas democracias ocidentais que foram fundadas como resultado de revoluções baseadas na liberdade e na razão foram a França e os Estados Unidos. Em ambos os países há pessoas que afirmam a universalidade desses valores”. A consequência disso, diz Buruma, foram “muitas guerras sem sentido”. Porém, alerta o autor, “a reivindicação de universalidade não teve apenas resultados negativos”, afinal, “para os construtores dos impérios britânico ou holandês, era difícil acreditar que um asiático ou um africano pudesse ser tão versado em culturas europeias quanto os britânicos e holandeses eram em culturas asiáticas ou africanas”. Além disso, o escritor senegalês Léopold Senghor foi admitido na *Académie Française!* Ele ainda afirma que “a civilização francesa era considerada universal. Em tese, qualquer pessoa – preta, parda ou branca – poderia participar”.

Pois bem, as ideias de Buruma a respeito do iluminismo padecem de uma grande ingenuidade. Sem dúvida, ele busca se alinhar aos progressistas, mas quer preservar a tradição iluminista. Nesse jogo ambíguo, se mostra coerente. A coerência está no fato de que ele quer defender uma forma do progressismo, o burguês, a partir de uma posição progressista, que não se assume como burguesa. Devido a esse último elemento, precisa reconhecer os “pontos negativos” do iluminismo: o vínculo dele e do liberalismo com o colonialismo, etc. E isso aparece via ideia de “universalidade”, o grande alvo das ideologias subjetivistas contemporâneas que são reproduzidas por conservadores e progressistas. A coerência mostra ingenuidade (pelo menos aparente, pois seria necessário conhecer o autor e sua biografia para saber se é apenas uma performance ideológica ou disfarce, entre outras possibilidades, ou se é uma análise realmente sincera), pois coloca a questão do conhecimento e da curiosidade do iluminismo separado dos interesses, valores, concepções, sentimentos, que o fizeram emergir e que derivam de relações sociais concretas, servindo aos interesses da burguesia nascente. A ingenuidade

aparece também ao tentar, proudhonianamente, mostrar o “lado bom” da “universalidade”: aceitaram Senghor no mundo acadêmico francês! Isso sem falar que os britânicos e holandeses sabiam mais das culturas africanas e asiáticas do que o inverso! Isso se aproxima do cômico. Porém, além do riso, desperta também a crítica: o desvio para a questão da universalidade está no mesmo circuito intelectual que ele tenta refutar. A isso voltaremos adiante. Aqui resta colocar que o problema não é a universalidade e nem a solução se encontra nela. O que seria necessário discutir aqui seria o capitalismo e sua expansão, e como ela acumula riqueza, pilhando não apenas ouro, madeira e inúmeras outros bens materiais de outras regiões, mas também sua cultura. No seu discurso, a “universalidade” (e o autor, com seus exemplos, extrapola a filosofia iluminista, o que complica ainda mais a sua defesa dessa concepção, pois aí o vincula com ações estatais como o colonialismo) remete para uma categoria do pensamento e, simultaneamente, para a ânsia capitalista de se universalizar, criando um “mundo à sua imagem”, como já dizia Marx (Marx; Engels, 1988), ou seja, uma confusão entre duas “universalidades” para salvar ambas e confundir tudo.

Afirmar que a ideia francesa de civilização é inclusiva é outro problema que renderia uma forte crítica, mas evitaremos isso para não alongar demais nossas observações críticas. A distinção realizada entre raça, etnia, cultura e civilização é interessante e ajuda a entender parte do processo, mas também ajuda a iludir. Colocar a questão puramente em termos de raça e etnia é equivocado, mas colocar em termos de cultura e civilização também, pois, em todos esses casos, se abole as relações sociais reais, concretas, o capitalismo e sua dinâmica própria, bem como os interesses que ele gera, as necessidades que ele produz, desaparecem e em seu lugar fica uma discussão estéril sobre “cultura”, “raça”, “civilização”, “etnia”. Um exemplo pode esclarecer o que quero dizer. Se um ideólogo nazista diz que a Alemanha tinha o dever de invadir os demais países e perseguir os judeus para salvar a raça ariana, e um crítico afirma que a Alemanha nazista era racista e antisemita, o que temos é um mesmo circuito intelectual. Afinal, ambos giram em torno da questão da raça (defesa da raça superior, no caso do nazista, “crítica” do “racismo”, no caso do opositor). Porém, não existe nenhuma raça ariana e a motivação real e fundamental, que usou de velhos preconceitos existentes na sociedade alemã, era os interesses do capital oligopolista alemão. Se um terceiro debatedor aparece e afirma que a cultura alemã não é responsável pelo nazismo e que Nietzsche e Heidegger devem ser poupados, afinal eles trouxeram muitas contribuições interessantes, apesar do que

disseram sobre os judeus e outras coisas mais, também está no mesmo circuito intelectual⁴.

O resto do texto aponta para analisar as consequências negativas da “universalidade” e da reação (romantismo alemão, discurso identitário, etc.). Reduzir o romantismo alemão a uma reação às conquistas napoleônicas é bastante problemático, mas, independentemente disso, o autor coloca o provincianismo dessa atitude e a relaciona com a política de identidades, entre outros elementos. Aqui o autor continua refletindo apenas em termos culturais. A guerra, os interesses dos estados nacionais, entre outros elementos sociais são apenas “pano de fundo”. E o autor consegue afirmar que “o principal problema é a confusão entre raça, identidade étnica e cultura”. Tudo gira em torno da cultura. O problema, a interpretação do problema, a suposta solução e a solução real. Nessa redoma intelectual o discurso que poderia questionar a crítica equivocada ao iluminismo, acaba sendo uma defesa fraca e tão equivocada quando a crítica. Sem dúvida, existem aspectos culturais envolvidos e a superfície do debate é totalmente cultural, mas as raízes sociais nunca aparecem e no mundo autonomizado das ideias não há solução possível.

O autor coloca alguns problemas reais: “o ensino de línguas e literaturas estrangeiras está em declínio nas universidades”; “focar na etnia e na cor da pele em detrimento da cultura tem muito a ver com isso”. Sem dúvida, muitos absurdos vêm sendo produzidos, como a defesa de substituir o estudo da história europeia e norte-americana pelo estudo apenas da história nacional de países africanos, latino-americanos, etc., bem como pessoas questionando o estudo da literatura clássica ou mesmo estrangeira, e até mesmo as bases idiomáticas nacionais, mesmo que sua origem seja de outro país (português no Brasil ou espanhol na Argentina, por exemplo). Isso é apenas mais um

⁴ Por “circuito intelectual” não queremos dizer “episteme burguesa” ou “paradigma”, tal como desenvolvidos por Viana (2018; 2019), nem mesmo “ideologia”. A expressão “circuito intelectual” aqui tem um significado mais restrito, que é o de, num debate intelectual, os debatedores usam termos uns dos outros, seja pela necessidade de compreensão, por facilitar a resposta, ou qualquer outro elemento do intercâmbio intelectual. Sem dúvida, o circuito intelectual pode ser apenas “ocasional”, oriundo do próprio debate, mas pode também possuir bases semelhantes ou ideológicas comuns, o que o torna “compartilhado”. No caso aqui trabalhado não temos informações suficientes para saber se o circuito intelectual é ocasional ou compartilhado. No entanto, mesmo sendo ocasional, ele acaba fazendo parte, mesmo que apenas nesse discurso específico, do mesmo circuito intelectual, não saindo dos seus limites. A minha crítica não está no mesmo circuito intelectual que o de Buruma, pois não só coloco bases diferentes, como questiono os signos e sentidos trabalhados por ele, além do conteúdo de suas afirmações em sua totalidade. Embora tenha que citar termos e outros elementos apresentados pelo autor, eles aparecem questionados ou entre aspas, o que não anula totalmente a sua presença no presente texto, mas deixa a diferenciação mais clara para qualquer leitor. Isso não ocorre no texto de Buruma.

capítulo da involução da barbárie capitalista para a selvageria capitalista. Uma coisa é analisar o idioma, entender seus vínculos históricos e valorativos, entre diversos outros aspectos que permitem uma crítica radical, que é ponto de partida para uma revolução idiomática. Porém, isso não se faz com as pseudocríticas ou superficialidade reinante hoje, pois é necessária uma pesquisa profunda, bem como para que isso não seja proposta artificial de um grupo querendo impor uma reforma tão problemática quanto a forma em vigor, precisa estar vinculado a uma transformação profunda das relações sociais que o geraram. O autor acerta ao questionar o foco exclusivo na etnia e “cor da pele”, embora essas questões existam e devam ser abordadas (não com “exclusividade”), mas quando ele afirma “em detrimento da cultura”, não ultrapassa o nível culturalista daqueles que realizam tal crítica, ficando no seu circuito intelectual (e que está relacionado com a hegemonia do paradigma subjetivista no capitalismo contemporâneo).

Buruma afirma que “o melhor argumento para continuar a ler Homero, Ovídio, Shakespeare ou Jane Austen não é ensinar as pessoas a pensarem como pessoas brancas”. Sem dúvida, mas tal afirmação é bem curiosa, pois estes autores não pretendiam fazer isso e nem tocavam nesse assunto, o que significa que o argumento é válido apenas num circuito intelectual desprovido de contato com a realidade. O autor continua: “pelo contrário, o fato de esses escritores serem brancos é sua faceta menos interessante”. Na verdade, esse “fato” não é nem menos, nem mais interessante, é, no contexto da discussão literária, irrelevante. A não ser que eles tenham – e aí seria necessária uma pesquisa rigorosa – se pensado como “pessoas brancas” e escrito a partir disso. Aí seria um aspecto (não o único e nem o mais importante) a se analisar. Ou então se o fato de serem brancas fosse a motivação de sua escrita, mas, assim como a hipótese anterior, é algo muito fantasioso.

E o autor avança: “devemos lê-los porque eles expressam uma humanidade comum”. Aqui temos uma ilusória “humanidade comum”. No fundo, o autor poderia ter retomado os humanistas ou até mesmo os iluministas, ou Marx, e ter afirmado “natureza humana”. Porém, devido ao circuito intelectual que ele se manifesta, isso não é possível. De qualquer forma, esses autores não manifestam nem uma suposta “humanidade comum”, pois esta, hoje e na época deles, está dividida em classes sociais, em nações e milhares de outras divisões, nem a “natureza humana”, pois seus escritos poderiam trazer elementos disso, mas dificilmente ela em sua totalidade. Se escrevem obras filosóficas, poderiam tematizar a natureza humana, mas não é o caso, pois não se trata de tematização

de uma essência humana e sim sua manifestação nas obras. Após citar autores não-europeus, conclui: “todos eles são importantes não porque representam as vozes de diferentes ‘comunidades’, mas porque qualquer um pode reconhecer algo de si mesmo nelas”. Sem dúvida, esses escritos possuem elementos universais no interior da singularidade individual e das determinações regionais, nacionais, etc. e isso pode ser reconhecido por outros. Mas a sua importância varia de acordo com os objetivos, interesses, situação, contexto, de quem lê e, nesse caso, a questão de suas características próprias podem assumir um alto valor (ou não...), bem como seu aspecto mais universal poder ser mais rico ou mais pobre, dependendo do autor e obra.

O autor encerra o texto apresentando uma palavra que ainda não tinha aparecido ao lado de outras colocadas mais de uma vez: “a veneração excessiva de identidade, raça, classe social ou nação é típica de uma perspectiva estreita e provinciana, e é sempre empobrecedora”. A palavra “classe social” só aparece no último parágrafo. Além da ausência durante todo o texto, de repente temos a sua presença, de forma negativa. Ora, o autor usou vários argumentos (problemáticos e questionáveis, como apontamos) para questionar a ideia de identidade, raça e nação, nenhuma para o caso das classes sociais, mas termina jogando essa no mesmo saco que as outras, apesar das diferenças e da ausência de qualquer argumentação sobre elas. Aqui se revela um forte indício de que o autor faz parte do mesmo circuito intelectual que quer questionar.

Por fim, depois dessa revelação, apresenta a ideia de que as “grandes civilizações vêm de misturas, não de representações exclusivas”. E uma nova ausência aparece: quais são essas “grandes civilizações”? Roma Antiga e seu escravismo e império e que “incluía” os bárbaros como escravos? O mundo livre dos Estados Unidos que pilha o mundo inteiro? A velha Europa decadente? Como o autor não disse quais são essas grandes civilizações, e nem disse como se define se uma civilização é grande ou não, então ficamos sem saber se seu argumento da “mistura” tem algum valor. Nos EUA, a “mistura” fica nas classes inferiores⁵, o mesmo ocorrendo com os demais países imperialistas. O culto da “grande civilização” é um problema em si. O que deveríamos pensar é no processo de humanização e seus obstáculos, sendo que o processo civilizatório burguês é limitado e o seu limite se encontra no capital, ou seja, no modo de produção capitalista e

⁵ Tanto no plano social quanto intelectual: os estrangeiros, como no caso dos mexicanos, não são incluídos nas classes superiores; a cultura estrangeira não é integrada na reprodução cultural das classes superiores, a não ser raras exceções.

seus derivados. Ele gerou um grau de humanização convivendo com uma desumanização mais elevada. E a sua tendência, devido suas características, necessidades e crises, é aprofundar a desumanização. Logo, não é uma “mistura cultural” que pode solucionar um problema que é social. Esse discurso, bem como o outro que ele questiona (e o que este último tenta “abolir”), ou seja, todos os três discursos envolvidos, são produtos dessa desumanização. No fundo, iluministas, anti-iluministas, semi-iluministas, “neutros”, românticos, racistas, racialistas, antibranços, feministas, masculinistas, etc., são todos produtos desta sociedade e que não a ultrapassam no plano intelectual⁶ e as supostas “identidades” são apenas mais um momento da desumanização e da manipulação dos indivíduos pela sociedade capitalista.

A conclusão de toda essa discussão é a de que o texto de Ian Buruma traz muitas questões e tenta realizar uma crítica a uma versão do subjetivismo culturalista, o do discurso identitário, mas, no fundo, expressa outra versão do mesmo e, ainda, não aponta para nenhuma solução real. Por conseguinte, deve ser criticado tal como os que ele questiona. Assim, fica mais fácil perceber que a partir do paradigma subjetivista hegemônico atualmente e dos seus representantes, nunca saímos do mundo asfíxiante do capitalismo e suas produções culturais ilusórias. Por isso é necessário ir além da crítica do discurso identitário, do culturalismo, do subjetivismo, no sentido de apontar para a superação de suas bases sociais e reais. Claro que, como eles fazem parte do todo que é o capitalismo contemporâneo e contribuem com sua reprodução e perpetuação, também devem ser criticados e abolidos.

Referências

BURUMA, Ian. O Racismo e o Iluminismo. Revista Marxismo e Autogestão. Ano 10, num. 13, 2023. Disponível em: <https://redelp.net/index.php/rma/article/view/1485>

CASSIRER, Ernst. *A Filosofia do Iluminismo*. Campinas, Unicamp, 1992.

FALCON, Francisco. *O Iluminismo*. São Paulo, Ática, 1986.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1988.

⁶ No plano social nem precisa citar.

VIANA, Nildo. Direita e Esquerda: Duas Faces da mesma Moeda. Revista Posição, [S. l.], v. 3, n. 10, p. 27–33, 2022. Disponível em: <https://redelp.net/index.php/pos/article/view/154>. Acesso em: 10 fev. 2024.

VIANA, Nildo. *Hegemonia Burguesa e Renovações Hegemônicas*. Curitiba: CRV, 2019.

VIANA, Nildo. *O Modo de Pensar Burguês*. Episteme Burguesa e Episteme Marxista. Curitiba: CRV, 2018.